

**ESPAÇOS POLÍTICOS VIRTUALIZADOS: UMA CRÍTICA A PARTIR DE
HANNAH ARENDT**
[VIRTUALIZED POLITICAL SPACES: A CRITICISM FROM HANNAH ARENDT]

João Batista FARIAS JUNIOR

Doutor em Filosofia pela UFG e Professor
de Filosofia do IFPI.
E-mail: joaobfariasjunior@gmail.com

Alexandrina Paiva da ROCHA

Doutora em Filosofia pela USP.
Pesquisadora do Núcleo de Estudos em
Tribunais, Faculdade de Direito da USP.
E-mail: rocha.alexandrina@ifsp.edu.br

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar como as redes digitais, que passaram a ser compreendidas por muitos como um espaço público virtual, têm reduzido a experiência política e transformado a manipulação na principal forma de “fazer política” para as massas de usuários conectados. Partindo dos textos de Hannah Arendt e dialogando com autores que abordam mais diretamente os problemas da política no mundo moderno, veremos como a participação política tem sido confundida com a interação social virtual e como a produção de mentiras deliberadas tem possibilitado uma supressão da esfera pública nas democracias liberais.

Palavras-chave

Espaço público – Internet – Participação política – Hannah Arendt.

Abstract

The aim of this paper is to analyze how digital networks, which have come to be understood by many as a virtual public space, have reduced political experience and transformed manipulation into the main form of “making politics” for the masses of connected users. Starting from Hannah Arendt's texts and dialoguing with authors who deal more directly with the problems of politics in the modern world, we will see how political participation has been confused with virtual social interaction and how the production of deliberate lies has enabled the suppression of the public sphere in liberal democracies.

Keywords

Public Space – Internet – Political participation – Hannah Arendt.



Primeiras Considerações

A acepção “democratização tecnológica”, utilizada genericamente para descrever o barateamento de computadores e de outros dispositivos de comunicação digitais, tem sérias implicações nas esferas política, privada e social, afetando nossa existência humana. Tais esferas sofreram imensas transformações no início da era moderna, tornaram-se não somente intercambiáveis, fato que torna difícil estabelecer alguma fronteira entre elas, mas, ainda mais grave, o que se tem é uma situação tal que a tecnologia parece ter criado uma nova esfera, distinta daquelas tratadas por Hannah Arendt, em que todas as demais aparecem comprimidas: a virtual.

Em *A Condição Humana*, Arendt explora, a partir da análise de três elementos – trabalho, fabricação e ação - que configuram parte de nossa existência como seres humanos, o crescente desenvolvimento da sociedade de massas até nossos dias. Isso porque o trabalho, eleito na modernidade como a principal atividade humana, passa a condicionar nossa existência de tal forma que a ação e a fabricação, as outras duas atividades analisadas por Arendt nessa obra, passam a responder aos seus ditames. Em seguida, apresenta-se como a única resposta possível aos dilemas políticos: a organização social das pessoas englobando o trabalho, levando-nos à conclusão de que a democracia representativa, por deixar as massas livres para se dedicarem à atividade do trabalho, é a escolha mais viável para a concretização de nossa sociedade de trabalhadores.

Essa crítica arendtiana às democracias representativas também está atrelada a um desdobramento da análise dos elementos da condição humana, quando nossa autora estabelece a distinção entre as esferas política e social para explicar o surgimento desta última na modernidade resultando em uma redução das preocupações políticas. Devemos destacar que o fato que percebemos ser mais preocupante para Arendt não é o simples aparecimento das questões sociais na esfera pública, mas o encolhimento dos espaços de ação e a profunda subordinação das pessoas aos movimentos de massa que fazem da conformidade com a máquina burocrática representativa a saída mais direta. Devemos mencionar que Arendt nunca igualou as pessoas comuns às massas. O termo massa não é usado por Arendt no sentido psicológico, mas sociológico como resultado do processo



que reduz socialmente os indivíduos ao papel de eleitores e consumidores, cujo único interesse é a sua vida privada.

O que Arendt não pôde antever, por conta do próprio desenvolvimento da informática iniciado de forma significativa mais de uma década depois de sua morte, é que as esferas da vida humana sofreriam outra significativa modificação graças ao advento das tecnologias de comunicação digital. Dessa forma, buscaremos entender os impactos dessa “virtualização” do espaço público para os rumos de nossa relação com a política a partir de três tópicos que, conforme defenderemos, são bastante sintomáticos dos perigos que nos circundam. A saber: a redução de nossos papéis sociais e políticos à noção de “usuário” (das redes e serviços que englobam boa parte de nossas atividades diárias); a caracterização do fim último de nossas atividades como uma felicidade privada (realizada por meio dos serviços e produtos que o mercado nos oferece); e, por fim, a ascensão de mecanismos e empresas destinados à produção de notícias falsas e manipulação dos ânimos das massas, quer seja para fins comerciais e de marketing, ou para influenciar nas opiniões públicas e nos resultados de eleições.



De trabalhadores a usuários: um novo episódio para a condição humana

As críticas arendtianas às formas de democracia representativa, bem como ao liberalismo e aos sistemas partidários, às vezes rendiam a nossa filósofa o título de autora anti-democrática, algo que nunca a incomodou, tanto por sua frequente negação a determinadas filiações teóricas quanto pela relativa incompreensão de seus acusadores sobre o que seja democracia. O que Arendt traz de significado em sua crítica às democracias representativas é que estas ao contrário de servirem ao desafio de pensar a participação plural do ser humano na esfera pública, difundem a ideia de representação democrática que nos afasta justamente da razão de ser da política, isto é, a liberdade, possível apenas por meio de ações realizadas de forma direta e em conjunto com outras pessoas.

Dessa forma, para compreendermos os impactos políticos da virtualização no espaço público e um dos seus perigos, a redução de nossos papéis sociais e políticos à noção de “usuário” como um novo episódio para a condição humana devemos compreender

a análise arendtiana do trabalho como atividade da condição humana, e por consequentemente sua análise das esferas humanas que nos fornecem as atividades da vida activa, formadoras das condições da existência humana no segundo capítulo de *A Condição Humana*. Nele, Arendt nos mostra uma das transformações da modernidade que sobremaneira caracteriza a grande diferença entre a era moderna e as anteriores, com a formalização da sua forma política pelo estado-nação: o surgimento da esfera social. E em seguida trataremos da esfera virtual do espaço público, fenômeno contemporâneo imprescindível quando queremos tratar de relações sociais.

Com as transformações políticas, éticas, estruturais, ideológicas e afins do fim da Idade Média, as atividades privadas realizadas no lar passaram, gradativamente, a ter visibilidade no espaço público. A ascensão da sociedade ocorria juntamente ao declínio da unidade familiar¹. Isso se dava graças à transição da administração financeira das mãos dos reis e dos senhores feudais para uma administração burocrática dos responsáveis pelos estados. Essa visibilidade dada às tarefas, antes consideradas assuntos privados, além de expor parte da vida das pessoas, de modo que lhes exigia que passassem a ser cuidadosas com o que poderia vir a público, sobrecarregou a esfera dos assuntos comuns com as necessidades advindas do lar e minou o entendimento da esfera pública enquanto espaço para ação, fazendo com que surgisse um fenômeno novo com o surgimento de uma nova esfera distinta das esferas privada e pública da vida, correspondente aos domínios da família e da política, que não era nem privada nem pública: o social era visto “como um câncer, que expande seu espaço na medida em que se espraia sobre o privado e público” (CORREIA, 2014, p. 135).

Essas transformações das esferas de convivência entre os indivíduos, a partir da exaltação do trabalho e com seu clímax na era moderna, são resumidas por Arendt como a vitória do *animal laborans*, isto é, a realização de um tipo de vida em que as necessidades biológicas tornaram-se os principais interesses humanos. O advento do social significou além do aparecimento das questões privadas, isto é, desses interesses voltados para a manutenção da vida, no cenário público, também a reivindicação de proteção dos interesses privados para a dedicação ao contínuo acúmulo de riqueza². A isso podemos adicionar o fato de que nesse espaço, o trabalho aparece, como aponta Arendt, como um

¹ Cf. ARENDT, 2015, p. 46–47.

² Cf. ARENDT, 2015, p. 83.



importante elemento para o modo como a própria atividade humana da vida ativa é compreendida.

O fato é que, no mundo moderno em que a tecnologia nasceu da ciência, se distinguindo das anteriores concepções metafísicas do ser, os critérios de fundamentação das atividades humanas (trabalho, fabricação e ação) se modificaram ao longo da história, deixando para trás as noções tradicionais da estética do bom e do belo, passando a se basear na eficiência da produção e na quantidade do consumo. Não bastando isso, como pontua Mark Coeckelbergh (2013), as atividades que antes se desenvolviam em lugares outros que não no lar, passam a invadir o espaço privado da vida humana graças ao desenvolvimento de tecnologias que permitem a comutação das atividades. Em suas palavras: (...) trabalhamos em casa e podemos estar “em casa” no trabalho. Ambos os espaços — escritório e casa — são espaços “híbridos” (públicos e privados) e espaços onde tentamos ganhar a liberdade do mundo moderno alienígena. (COECKELBERGH, 2013, p. 193, tradução nossa³).

Se com o advento do social na era moderna, se estabelece uma situação caótica para as esferas – pública e privada-, de acordo com a descrição de Coeckelbergh acima, observamos que também com o surgimento dessa esfera virtual, avançamos na mesma direção ao afirmarmos que a situação do homem no mundo moderno alcança o estado em que o homem cria um câncer para si. Entre as mudanças trazidas pela virtualização dos espaços, podemos destacar uma mudança da atividade humana do trabalho que passa a aparecer e a significar algo diferente do que Arendt pôde visualizar na modernidade quando trata das esferas tradicionais da condição humana. Vale ressaltar que as interferências da tecnologia na vida humana exige que se pense a respeito de como o mundo virtual transforma não apenas o que entendemos por trabalho, entretenimento, comunicação, etc., mas também a política, enormemente afetada por mais uma “esfera na qual habitam” os homens e que tem, de diversas formas, direcionado os debates políticos diferentemente de como eram anteriormente. Em síntese, todas as atividades da nossa *vita activa* mudaram

³ The city is not very public at all, let alone a place of political freedom; it is a place for economy (household) and business. The office is increasingly a “private” environment where we meet our friends and where we use online social networks. And as we live our online lives (our “onlives”), our home lives become increasingly more “public”. “Physically” we are at home, but our mind wanders in cyber public. Moreover, we work at home, and we “home in” at work. Both spaces — office and home — are “hybrid” spaces (public and private) and spaces where we try to gain freedom from the alien modern world.



com a presença das novas tecnologias e dos impactos do surgimento de uma nova esfera onde os homens passaram a existir. E Arendt é clara ao afirmar que:

O último estágio da sociedade de trabalhadores, o qual é a sociedade de empregados, requer de seus membros um funcionamento puramente automático, como se a vida individual realmente houvesse sido submersa no processo vital global da espécie e a única decisão ativa exigida do indivíduo fosse deixar-se levar, por assim dizer, abandonar a sua individualidade, as dores e as penas de viver ainda sentidas individualmente, e aquiescer a um tipo funcional, entorpecido e “tranquilizado” de comportamento. (ARENDR, 2015, p. 400).

Nesse último estágio da sociedade, Arendt relata um fenômeno de entorpecimento dos indivíduos, que diversos pensadores do século passado denominaram de cultura de massa, avançando de forma tão agressiva que mesmo as condições mais básicas a que permanecemos vinculados, como por exemplo o sono e a natalidade, passam a ser estudados em vista de suplantar sua obrigação⁴. O que o cenário hodierno nos confirma é a realização de uma importante predição de Arendt: “É perfeitamente concebível que a era moderna — que teve início com um surto tão promissor e tão sem precedentes de atividade humana — venha a terminar na passividade mais mortal e estéril que a história jamais conheceu.” (ARENDR, 2015, p. 400). Tal passividade seria plenamente possível, dado que já chegamos ao ponto em que os indivíduos conseguem trocar de valores e princípios como se estes não tivessem nenhuma profundidade para si, como ocorreu com os alemães durante o regime totalitário. Deixando de “funcionar”, os valores são trocados por outros que estejam à mão e que possam auxiliar os sujeitos dando-lhes uma compreensão mais atual da realidade.

O *modus operandi* da economia mundial em direta relação e dependência com as redes de comunicação que exige, pelo contrário, uma contínua transformação de “significados”, não precisam mais preencher as exigências de permanência e comunicabilidade dentro de uma tradição. Assim, a não existência de absolutos não representa empecilho algum para o modo de vida predominante desde a revolução da informática⁵. Ainda que estejamos ligados ao labor e ao consumo, as antigas fronteiras que

⁴ Sobre isso ver: CRARY, Jonathan. *24/7: capitalismo tardio e os fins do sono*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

⁵ A questão do significado, não obstante, não pode ser solucionada, por exemplo, pelo novo pensamento científico, ou por um novo conjunto de valores, pois exige então a concepção de um novo modo de pensar. Isso não somente porque não deve haver absolutos, não apenas no caso da política, mas efetivamente porque, como afirma Arendt, não há tais absolutos. (CORREIA, 2002, p. 5).



distinguiam as esferas privada e pública foram mais do que borradas, hoje se encontram esquecidas e a vida humana passa a ser regida e transformada pelos dispositivos eletrônicos e pelas redes virtuais que indicam uma nova face da nossa condição: usuários. Vivemos na Terra, habitamos o mundo e, agora, navegamos nas redes como usuários. Essa condição humana de usuários relaciona-se com o modelo cultural de tecnologia desenvolvido no final do século passado e início desse.

A conseqüente formação de uma “sociedade de consumidores” seria, para Arendt, o próprio “fim do mundo”, no sentido de que não estaríamos mais habitando um mundo nos termos de nossa autora, ao invés, estaríamos vivendo o perpétuo ciclo vital⁶, nossas vidas estariam sendo guiadas pela atividade humana do trabalho. Queremos adicionar que essa transformação da sociedade não esteve plenamente realizada com a ascensão dos trabalhadores ao centro da esfera pública, mas com a conversão total do homem em usuário, uma versão condicionada pela tecnologia do que entendemos por consumidor. O que ascendeu à estatura de coisa pública no final da década de 1990 foi então essa característica que nos cabe no espaço em que temos exercido a maior parte de nossas atividades privadas, públicas e sociais desde então — somos usuários, *reais ou em realização*, pois mesmo quando não consumimos já nos está sendo preparado um cenário que nos permitirá e incentivará a consumir — nos mercados tecnológicos globais. Essa sociedade de consumo, torna-se clara no prefácio da edição portuguesa de *Admirável Mundo Novo* de Aldous Huxley, quando Manuel Portela nos diz:

O próprio consumo das massas se encontra matematicamente programado na infraestrutura cibernética, usada para monitorizar o consumo, incluindo o consumo frenético de dispositivos de obsolescência programada. A reorganização das práticas quotidianas em função da conexão remota instantânea e da monitorização em tempo real dos desejos e dos estados emocionais dos indivíduos, colaboradores voluntários na avatarização de si próprios como itens na grande base de dados em que o mundo se tornou, é francamente diferente das antevistas ficcionadas literalmente ou projetadas cientificamente nas últimas décadas. (PORTELA, 2013, p. 9–10).

Enquanto usuários, a dinâmica de nossa *vita activa* foi alterada. Mesmo com o advento do social na era moderna, a temporalidade de uma atividade cessava conforme transitávamos de uma esfera para outra: no espaço do lar, deixamos de ser determinado funcionário e

⁶ Cf. ARENDT, 2015, p. 166.



passamos a ser o membro de uma família; assim como ao participar de alguma instituição pública, por mais que pudéssemos trazer conosco certos interesses privados, em alguma medida também podíamos prescindir de nossas necessidades. No entanto, hoje nos deparamos com um tipo de esfera que, conforme falamos, tem uma temporalidade e uma espacialidade completamente distintas daquelas com as quais estávamos acostumados e que, uma vez inseridos nela, passamos literalmente a integrá-la.

A sociedade passou por mudanças ao longo da história em virtude da relação entre a esfera da vida do indivíduo, associada a um modo de ver o mundo e a tecnologia. Dessa forma, não podemos considerar que o desenvolvimento tecnológico da era moderna é o mesmo do mundo moderno, portanto o impacto nas atividades humanas da vida ativa foi distinto. De acordo com Delanty (2013, p. 135), as formas sociais da tecnologia podem ser classificadas em diferentes modelos – 1º de ferramenta que fornecem um meio para que o fim dos homens sejam alcançados, a “tecnologia era um instrumento a serviço da necessidade ou propósito humano (DALEANTY, 2013, p. 135, tradução nossa), 2º utópico, surgiu no mundo moderno juntamente com o movimento filosófico-científico do Iluminismo em que a tecnologia era um fim último e 3º cultural, passa a existir nos últimos anos de revolução e democratização das novas tecnologias de comunicação, de biotecnologia e de vigilância, ditada pelo mercado do que propriamente pela ciência.

Desse modo, ciência e técnica modernas operam com a noção de que os resultados de suas atividades representam sempre algum tipo de ganho para a sociedade, o que nos legou o projeto iluminista de progresso. E a transformação digital dos dias atuais aparece como mais um exemplo em defesa desse projeto, como um caminho natural dos processos de globalização da tecnologia. De acordo com Delanty (2013), essas ideias fariam parte de um segundo momento do desenvolvimento tecnológico mas que ainda persiste em nossos dias como se a tecnologia pudesse nos trazer apenas aspectos positivos sem nenhum impacto negativo para nossas relações privadas, públicas e sociais.

Novamente, o poderio da tecnologia é visto como um fenômeno ligado aos interesses dos grandes proprietários, enquanto uma exímia ferramenta para o controle de pessoas, lugares e coisas. E a partir desse poder tem-se a oportunidade de criar novos objetivos e interesses para as pessoas, isto é, monetizar tudo o que for possível. E quando falamos em “tudo o que é possível” devemos incluir até mesmo os mais intangíveis elementos da vida humana, tais como os afetos, as dores e prazeres, sonhos, e o que restar



por ser colonizado na vida psíquica⁷. Consoante a esse argumento, vale ressaltar que a autoproteção dos mercados tecnológicos é capaz de afirmar que as tecnologias digitais são ainda mais benéficas aos mais pobres, pois os retiram das margens sociais e os incluem numa esfera em que vigora a diversidade e em que eles podem fazer uso das mesmas possibilidades de capitalizar as redes digitais⁸. No entanto, não podemos indicar apenas aspectos positivos sobre essa revolução digital que vivenciamos, os desvios são identificados com as críticas e tentativas de mudanças do modelo capitalista, em funcionamento.

Se a economia é a ciência da sociedade em suas primeiras fases, quando suas regras de comportamento podiam ser impostas somente a determinados setores da população e a uma parcela de suas atividades, o surgimento das “ciências do comportamento” indica claramente o estágio final desse desdobramento, quando a sociedade de massas já devorou todas as camadas da nação e o “comportamento social” converteu-se em modelo de todas as áreas da vida. (ARENDRT, 2015, p. 55).

Na esfera virtual, as tecnologias de comunicação materializadas nas redes sociais como o modelo de sucesso forma uma comunidade não apenas social mas também política que necessita encara seus novos desafios dentre os quais podemos destacar a crítica de que essas comunidades virtuais possuem um poder neutro, no entanto podemos assinalar o fato de que elas, na verdade, exercem um mecanismo de vigilância política para o Estado soberano e econômica para os mercados, uma vez que a partir da interação dos indivíduos nesse mundo possuem suas informações coletadas, por vezes considerado um crime contra os direitos do indivíduo, como podemos observar atualmente no “direito ao esquecimento”. Nessa configuração das relações sociais virtuais nos questionamos como é possível a interação desse homem-usuário nos assuntos públicos, em especial, o político.

Segundo Arendt, um erro que levou a Revolução Americana a não conseguir ser plenamente exitosa em estabelecer não apenas uma nova constituição, mas um importante espaço para participação pública, foi que o interesse comum que a princípio movia alguns dos revolucionários substituiu a busca por felicidade pública pela busca pela felicidade

⁷ Como coloca Jonathan Crary: “O tubo de raios catódicos foi um exemplo decisivo e vívido de como o brilho e a tagarelice de um mundo público de transações penetram mesmo o mais privado dos espaços e contaminaram o silêncio e a solidão — para Arendt, elementos essenciais à subsistência de indivíduos políticos. A televisão redefiniu rapidamente o significado de pertencimento a uma sociedade. Esgotou-se até mesmo o projeto de valorizar a educação e a participação cívica, na medida em que a cidadania foi suplantada pela condição de espectador”. (CLARY, 2014, p. 89).

⁸ Cf. MOROZOV, 2018, p. 154.



individual. “Não é axiomático que o fim último do governo e a primeira lei de toda ação política sejam a promoção da felicidade da sociedade?” (ARENDR, 2018, p. 123). Desde o entendimento moderno em que a realização de uma vida se dá por meio do trabalho e do consumo, a tarefa do governo seria então resguardar sempre os cidadãos para que possam realizar sua felicidade privada, esquecendo o significado da felicidade pública.

A busca por felicidade no mercado digital

Ainda quanto às transformações de nossa compreensão do que seja a política durante a modernidade, trataremos de outro aspecto, a partir do qual poderemos lidar com os impactos da “virtualização” do espaço público na esfera política: a busca por felicidade no mercado digital. De acordo com Arendt, a felicidade privada tornou-se o centro dos assuntos públicos desde os fracassos das revoluções americana e francesa. Segundo a autora, a felicidade pública, entendida como a realização de uma política que visa a constituição de um bem estar comum pautado na participação de todos nos debates e ações políticas, deixou de ser o principal objetivo revolucionário, pois a felicidade privada, a busca por satisfação através do consumo e acúmulo de riquezas, tornou-se a principal característica que “une” as pessoas no convívio social.

Como mencionamos anteriormente ao tratar dos tipos de tecnologia ao longo da história, o avanço da técnica moderna, possível apenas graças à ideia de progresso, possui uma estreita relação com as concepções de felicidade, seja ela realizável ou utópica. Essa evolução tecnológica, socialmente entendida como uma melhora na qualidade de vida, em um florescimento da economia global e na diversificação de bens e serviço, torna a vida mais prazerosa e menos dispendiosa. Tal evolução mobiliza então as pessoas a desejá-la e mesmo exigi-la, buscando uma felicidade individual ao invés de pública.

No entanto, vale destacar que os avanços tecnológicos não nos fornecem apenas aspectos positivos em relação a busca da felicidade privada como qualidade de vida, devemos observar que cada tecnologia implica em riscos, que por vezes são desmerecidos e conforme Jean-Pierre Dupuy (2011, p. 106) nos relata, quando os riscos não são ignorados, são tratados matematicamente tornando-se uma estatística que prova que podem ser facilmente administrados. Isso contribui para a consolidação de uma concepção contemporânea de política como um tipo de administração de interesses privados.



Ressaltamos que esses riscos dos quais falamos não reconhecem barreiras, continuamente eles se unem e ampliam-se no espaço e no tempo, e com certeza ignoraram a existência de qualquer cálculo dos administradores do risco, e esse tratamento, ao destacá-los do contexto global, só nos demonstra o quão irreal e perigosa é a busca por uma forma de administrar riscos e prazeres quando, por exemplo, a continuidade e a qualidade da vida em geral está em jogo.

Assim como há uma relativização temporal e espacial dos riscos da tecnologia moderna, o capitalismo também sofre um impacto dessa evolução tecnológica à medida que sua matéria-prima rompe com tais barreiras físicas, trata-se da cooptação dos afetos em prol da fabricação de necessidades. As relações nas redes virtuais, intermediadas não apenas pelos dispositivos físicos que compõem o computador do usuário e toda a rede de fios e de servidores que o conectam à internet, como também pelos programas e algoritmos que selecionam o que é estatisticamente “melhor” para o usuário, definido, sobretudo por aquilo que esses usuários consomem em comum, por vezes também cria novos desejos de consumos a serem satisfeitos pelo sistema. Talvez, ainda hajam pessoas que não considerem isso um perigo porque acreditarem que esse consumo trata-se apenas de bens e dos serviços pelos quais pagamos, no entanto essa seleção também recai nos textos que lemos, escrevemos e compartilhamos, ou seja, recai em nossas ideias e valores, em nossa vida espiritual, mesmo as necessidades que buscamos satisfazer com o auxílio das redes, tais como nossas carências afetiva e sexual, mesmo as discussões, as críticas e os protestos definidos por meio dessas redes são monetizados — dá-se, portanto, uma monetização dos afetos. Dessa forma, as relações entre homens são valores para os usuários já para os proprietários é capital digital, sintetizado nas palavras de Jonathan Crary:

No capitalismo 24/7, qualquer forma de sociabilidade que ultrapasse o mero interesse individual está condenada ao desaparecimento — e as relações interpessoais que constituem a base do espaço público se tornam irrelevantes para nosso isolamento digital fantasmagórico. (CRARY, 2014, p. 99).

Nesse capitalismo 24/7 são criadas inúmeras estratégias para manipulação social e política dos indivíduos, sobretudo com a popularização das redes sociais. Toda causa de insatisfação é entendida como uma oportunidade de capitalizar um novo serviço para o usuário em busca de felicidade. Essa captação da insatisfação dos usuários em um primeiro



momento foi direcionado ao aspecto econômico, assim as empresas aparecem como uma organização que efetivamente melhora as vidas, oferecendo algo pelo qual vale a pena pagar para que sua insatisfação seja preenchida, tal premissa é ponto de partida das propagandas que se não se restringem mais apenas em um horário pago entre as transmissões de nossos programas preferidos, são inseridos em nossos programas e agora também nas redes sociais, o que nos mostra efetivamente como as redes sociais não são apenas um mundo à parte da realidade mas interagem como que ocorre no nosso cotidiano.

Não apenas os usuários precisam interagir nas redes de maneira massificada, as empresas também devem aparecer e sua imagem deve ser vista da melhor forma possível pelos usuários, existindo uma grande preocupação com a imagem de que satisfazem de forma “única” aos consumidores. É assim que os serviços de bens e consumo desse regime capitalista atual, como descreve Cray (2014, p. 133), aproveitam-se para criar ilusões de atendimento instantâneo, segurança e exclusividade no atendimento, remodelando as relações sociais com implicações políticas ao atrofiarem as capacidades individuais de lidar com a espera, com a multiplicidade de opiniões e o enfrentamento e diálogo que muitas vezes elas exigem, elementos importantes tanto para a política, como destaca Arendt, quanto para qualquer regime democrático.

No início dos anos 2000, junto ao crescimento da internet e da popularização de telefones móveis e redes sociais, surgiu uma nova possibilidade de mitigação de alguns efeitos do capitalismo, em especial o consumismo desenfreado, na forma do conceito e prática da economia compartilhada. A ideia consiste em possibilitar a qualquer pessoa conectada a uma rede ou serviço especializado capitalizar imóveis, meios de transporte particular, eletrônicos e o que mais for possível ser compartilhado fora da esfera virtual. Como descreve Evgeny Morozov (2018, p. 76–77), as empresas responsáveis por esse gerenciamento dos itens e dos serviços compartilhados destacam que as pessoas estão pouco a pouco adotando uma economia compartilhada que, entre tantos benefícios, permite a facilidade de ter o que se precisa em qualquer lugar e estar desencarregado da propriedade. No entanto, tal ideia foi englobada por empresas que lucram em torno dela, como o Airbnb e a Uber, e aderindo cada vez mais ao atual formato do capitalismo, em que direitos trabalhistas são ignorados e suprimidos com a defesa de noções como “empreendedor de si” (capitalizando o próprio corpo, as ideias e os afetos dos indivíduos)



ou que os trabalhadores fazem parte de uma família, a empresa, e portanto devem sempre defendê-la.

Boa parte dos defensores da economia compartilhada destacam seus benefícios para o meio ambiente, partindo da ideia de que o compartilhamento implica em menor consumo e, por conseguinte, em uma menor produção de bens. Cedendo à crença em uma economia verde, o que ocorre é que os maiores poluidores do planeta, como as companhias petrolíferas e as grandes indústrias, continuam com seu acelerado ritmo de produção. Fator que parece bastante ignorado, o consumo, diferentemente do uso, implica sempre em uma rápida aniquilação dos produtos. É da própria lógica da produção industrial em nossa economia capitalista produzir coisas com uma validade programada e segurarem “novidades” para a venda atualizada de produtos que intencionalmente se tornaram obsoletos.

O fenômeno da economia compartilhada tem, em alguma medida, servido para tornar suportável as consequências da atual crise financeira, “mas o maior problema desses contos de fadas otimistas e utópicos é que eles racionalizam as patologias do atual sistema político e econômico, apresentando-as como opções conscientes de estilo de vida.” (MOROZOV, 2018, p. 78–79). A publicidade comercial, ferramenta essencial para o sucesso dessa e de tantas outras investidas econômicas que vemos ecoar devastadoramente para a esfera pública, tornou o consumo como critério para a avaliação da autoestima, sucesso e realização para os trabalhadores⁹.



Verdade e política na era das notícias falsas

De acordo com Arendt, a esfera pública da política é o espaço em que a pluralidade será exercida, em que os homens iguais enquanto espécie mostraram sua distinção por meio da ação e do discurso. Tal espaço é caracterizado pelo conflito de interesses que serão disputados em jogo de persuasão entre tais agentes, por isso a política não é o local da verdade de fatos nem da verdade científica mas o local da opinião, o campo em que tudo é passível de contestação, ou seja, nessa esfera não pode haver alguém que seja o portador da verdade seja ela de fatos, científica ou religiosa e portanto que dê a última

⁹ Cf. AGUIAR, 2009, p. 233.

palavra encerrando o debate, característica da política. Nesse espaço, as verdades são obtidas por meio de um consenso provisório que não pode ser caracterizado nem como verdadeiro e nem como falso. No entanto, conforme vimos, a política tem sido violentamente condicionada pela economia capitalista. Quanto a isso, assevera Arendt:

Ao passo que, provavelmente, nenhuma época passada tolerou tantas opiniões diversas sobre assuntos religiosos ou filosóficos, a verdade fatural, se porventura opõe-se ao lucro ou prazer de um determinado grupo, é acolhida hoje em dia com maior hostilidade que nunca. (ARENDR, 2014, p. 293).

No que diz respeito à informação, as tecnologias de comunicação demonstraram sempre um papel importante para a prática da política, especificamente para a democracia¹⁰. De fato, é difícil pensar a participação dos cidadãos nos assuntos políticos sem que exista uma publicidade das questões políticas em jogo. Percebe-se nos últimos anos que as redes sociais são um instrumento importante de publicidade das questões políticas, as redes sociais adquiriram uma potência imprevisível ao se transformarem em canais de comunicação para que pessoas ao redor do mundo pudessem convergir para uma causa compartilhada não apenas na esfera virtual, assim como manifestando-se na realidade pela defesa de ideais políticos comuns como ocorreu em países como Egito, Tunísia, Síria, Líbia, EUA e até mesmo no Brasil nas manifestações de 2015 e atualmente nas manifestações #ForaBolsonaro.



Cabe mencionar que também a educação da população em geral fica comprometida se não há a inclusão de assuntos relevantes e da verdade fatural nos processos de formação, dado que as mídias podem obscurecer os reais problemas e afastar o interesse público daquilo que lhes concerne de modo direto, o que as deixa à mercê de apelos imorais por partes dos políticos e de gestores públicos e, mormente, mantêm-se facilmente grupos marginalizados por meio da exclusão ou da seleção de dados.

Arendt pode não ter visto os mais recentes escândalos que revelaram mentiras de políticos nos mais diversos âmbitos, mas por certo viu as consequências que as notícias falsas tiveram para as duas grandes guerras em seu século, bem como testemunhou a

¹⁰ Nas palavras de Evan Selinger: “without a deep understanding of how ideas about and decisions concerning technology impact political processes, and without a sophisticated grasp of how political processes impact the development, distribution and use of technology, neither global nor local affairs can be comprehensively grasped or intelligently evaluated.” (SALINGER, 2013, p. 297).

grande repercussão dos *Pentagon Papers* a respeito da atuação estadunidense na Guerra do Vietnam. Sobre este último, Arendt escreveu um ensaio em que reflete acerca da mentira na política, nele nos fala da visão instrumental que a mentira ocupa na política: “as mentiras, visto serem amiúde utilizadas como substitutos de meios mais violentos, podem ser consideradas como instrumento relativamente inofensivo no arsenal da ação política.” (ARENDR, 2014, p. 284). Embora a política pareça ter uma intimidade muito maior com a mentira do que com a verdade, essa ferramenta na ação política alterou sua relação com essa esfera a partir da utilização das propagandas dos regimes totalitários não mais apenas ocultava a verdade factual refletindo nas opiniões dos agentes políticos, passando a borrar a linha entre elas ao alterar documentos, com a finalidade de reescrever a história.

O uso instrumental da mentira não significava a total eliminação dos fatos, mas ignorá-los ou escondê-los, dado que, diz Arendt: “Nenhuma permanência, nenhuma perseverança da existência podem ser concebidas sem homens decididos a testemunhar aquilo que é e que lhes aparece porque é.” (ARENDR, 2014, p. 285). Da mesma forma que as propagandas totalitárias tiveram um impacto importante na forma como a mentira se relaciona com a política, atualmente observamos que nas redes sociais, os usuários facilmente aderem a publicização de uma questão política em consonância com seus interesses, passados e repassados em clique para aqueles que pensam como eles ou de forma semelhante, sem conferir os fatos, algo que nos dias atuais emergiu como um dos grandes problemas da política mundial, as fake news.¹¹

A primeira discussão de Arendt sobre essa questão é em *Origens do Totalitarismo* (1951), no item sobre “A Propaganda Totalitária”, a autora nos fala de como a mentira e a propaganda foram amplamente utilizadas pelos regimes nazista e stalinista para a realização da manipulação e governo da vida das pessoas. Os regimes totalitários partiram do fato de que na modernidade a população, principalmente das grandes cidades, encontrava-se cada vez mais apática quanto aos assuntos públicos e, inseridos no incansável processo laboral, dissolviam-se os vínculos de classe que os uniam e passavam

¹¹ Vale ressaltar que as fake news viraram inclusive objeto de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (Câmara dos Deputados e Senado Federal) - CPMI no Brasil após suspeitas de práticas criminosas na internet durante o período das eleições presidenciais de 2018, dessa forma tal CPMI das Fakes News investiga tais produções e propagações de notícias falsas dentro do cenário político brasileiro nas redes sociais.



a formar uma massa interessada na sobrevivência. Segundo Arendt, o êxito do totalitarismo apontou algumas ilusões relacionadas ao fenômeno da sociedade de massas e seu envolvimento com a política. A primeira ilusão seria a crença de que a maioria do povo participava ativamente do governo ou se sentia bem representado por este. A outra ilusão é aquela de que as massas politicamente indiferentes não eram relevantes e existiam apenas como pano de fundo da vida política. Ocorreu que, da situação de sujeitos atomizados, mais próximos uns dos outros, foi surgindo um crescente coro de vozes descontentes com as condições de vida e interessadas em identificar um culpado para seus flagelos. O totalitarismo aproveitou que o engajamento das massas nas questões públicas não se tratava de real interesse na política, mas sim uma retração da liberdade e da existência da pluralidade.

A propaganda totalitária aperfeiçoou o cientificismo ideológico e a técnica de afirmações proféticas a um ponto antes ignorado de eficiência metódica e absurdo de conteúdo porque, do ponto de vista demagógico, a melhor maneira de evitar discussão é tornar o argumento independente de verificação no presente e afirmar que só o futuro lhe revelará os méritos. (ARENDR, 2012, p. 479).



Como lembra Arendt, ainda que exista uma dependência dos fatos à interpretação, tese com a qual filósofos e historiadores estão de acordo, é preocupante a tentativa de apagar as distinções entre fato, opinião e interpretação¹². Atualmente, a mentira e a propaganda organizadas são amplamente utilizadas como estratégia de diversos governos e de grandes companhias para, se não apagar os fatos, ao menos deixá-los à margem do espaço público. A internet com a virtualização das relações e, em especial, com a rápida propagação de informações e uma imensa dificuldade da localização de suas fontes, torna-se o palco ideal para a disseminação dessa forma de poder e de controle, uma vez em que as informações não são debatidas depois de publicizadas para a população, recaindo em discursos vazios restritos a *rashtags*, *memes* e frases de efeito.

O colapso dos portais de notícias abre as portas para informações e desinformações, verdades e mentiras, conhecimento científico e não científico, fatos e ficção. Plataformas de mídia social e empresas de busca fornecem bastante espaço para epistemologias com relações variadas com a realidade. Mais interessados em tráfego e em lucro do que em canalizar ideias científicas, eles oferecem oportunidades para disseminar conteúdo

¹² Cf. ARENDR, 2014, p. 296.

desconectado da verdade científica. (WAISBORD, 2018, p. 5–6, tradução nossa¹³).

De conhecimento dos mentirosos ocasionais e daqueles profissionais, o apelo emocional contido em seus discursos visa a mais do que convencer, visa a usurpar os fatos, produzir uma nova imagem para ser usada como realidade e, a partir desta, remodelar as relações das pessoas com o mundo e delas consigo mesmas. “Mentiras são amiúde muito mais plausíveis, mais clamantes à razão do que a realidade, uma vez que o mentiroso tem a grande vantagem de saber de antemão o que a plateia deseja ou espera ouvir.” (ARENDRT, 2015b, p. 16). O pensamento político que se baseia nas opiniões, estas formadas a partir dos diferentes pontos de vista a respeito de um dado tema, fica comprometido, visto que não existe possibilidade de formar juízos sobre esses pontos de vista, pois nem o que os fundam é mais a realidade, bem como sua diversidade no espaço público torna-se fruto de fabricantes de opiniões¹⁴. “Sob o sistema atual de comunicação mundial, cobrindo um vasto número de nações independentes, não existe em parte alguma uma potência próxima de ser grande o bastante para tornar sua "imagem" irrefutável.” (ARENDRT, 2014, p. 317).

É o aparecimento da mentira nesses espaços sem fornecer a possibilidade para o debate político que esvazia o discurso e dá oportunidade para que portadores da verdade apareçam e dêm fim a prática política, ou seja, as redes sociais democratizam as questões políticas, mas não oportunizam a prática política por meio do discurso e da ação. O que temos nas redes sociais é uma manifestação das nossas atividades espirituais por meio do discurso entre os iguais e, portanto, segregando o espaço virtual a apenas aqueles que pensam de maneira semelhante, impossibilitando o diálogo entre perspectivas plurais e a mudança do olhar, exercícios que nos permitem adquirir uma mentalidade alargada¹⁵.

Considerações finais

¹³ The collapse of news gatekeeping opens the floodgates to information and misinformation, truth and lies, scientific and unscientific knowledge, facts and fiction. Social media platforms and search companies provide plenty of space for epistemologies with varying relations with reality. More interested in traffic and profit than in channelling scientific ideas, they offer opportunities to disseminate content disconnected from scientific truth-telling.

¹⁴ Cf. ARENDRT, 2014, p. 299.

¹⁵ Sobre o conceito de mentalidade alargada Cf. ARENDRT, 2014, p. 299 – 300.



O desaparecimento da verdade, como forma de estabilização dos assuntos humanos, por sua própria natureza cambiantes e instáveis¹⁶, é mais um resultado da perda de nossa tradição como fio condutor das ações dos homens no mundo em que habitam. Como aponta Morozov (2018, p. 182), é problemático nesse questionamento a respeito da interferência das mentiras na política o fato de que pouco se fala a respeito daquilo em que vêm se transformando as redes sociais e a própria internet. Ironicamente ele nos reporta que a sugestão dada por autoridades europeias para o tratamento de notícias falsas seja que as grandes empresas criem “centros de combate às *fake news* e multar quem quer que as espalhe por redes sociais” (MOROZOV, 2018, p. 182), ocorre que as mesmas empresas a quem são sugeridas essas ações por diversas vezes já foram publicamente acusadas de censura e obrigadas a se retratar. A proposta de Morozov para lidarmos com esse problema, parece-nos compatível com um olhar arendtiano. Para Morozov, temos de enfrentar o problema das notícias falsas tratando primeiro de reconhecer que precisamos repensar o modo como funciona o capitalismo digital, segundo, precisamos incluir mais os cidadãos nos debates a respeito do funcionamento dessas mídias e retirar o exclusivo poder de decisão das mãos dos especialistas e das grandes corporações¹⁷.

Nas palavras de Arendt: “sempre que a relevância do discurso está em jogo, as questões tornam-se políticas por definição, pois é o discurso que faz do homem um ser político.” (ARENDR, 2015, p. 4). Se dentre os importantes assuntos em jogo está os próprios rumos do espaço público, a participação de todos se torna ainda mais urgente e fundamental.

O resultado de uma substituição coerente e total da verdade dos fatos por mentiras não é passarem estas a ser aceitas como verdade, e a verdade ser difamada como mentira, porém um processo de destruição do sentido mediante o qual nos orientamos no mundo real — incluindo-se entre os meios mentais para esse fim a categoria de oposição entre verdade e falsidade. (ARENDR, 2014, p. 317–318).

A perda da história e a desconfiança nos fatos, mesmo naqueles diretamente por nós testemunhados, nos leva da imaginação à mais pura e terrível fantasia. Com isso vemos na esfera virtual a pretensão de usurpar as características das demais esferas, reduzindo o humano ainda mais a suas atividades de trabalhador e de consumidor.

¹⁶ Cf. ARENDR, 2015b, p. 17.

¹⁷ Cf. MOROZOV, 2018, p. 186.



Enquanto prevalece a hegemonia tecnocrática nos restam poucas possibilidades para instauração do novo, isto é, de uma política voltada para o cuidado e conservação do mundo comum e da pluralidade a ele inerente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 12ªed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

_____. *A vida do espírito*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2014.

_____. *Crises da república*. São Paulo: Perspectiva, 2015b.

_____. *Compreender: formação, exílio e totalitarismo (ensaio)*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

_____. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008b.

_____. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

AGUIAR, Odílio A. *Filosofia, Política e Ética em Hannah Arendt*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009.

_____. O lugar da política na civilização tecnológica. IN: VAZ, Celso A. C.; WINCKLER, Silvana. *Uma obra no mundo: diálogos com Hannah Arendt*. Chapecó: Argos, 2009b.

BODZIAK JUNIOR, Paulo Eduardo. *Em defesa do pensamento: modernidade e a crítica às ciências sociais em Hannah Arendt*. 2017. 1 recurso online (220 p.). Tese (doutorado) — Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/330936>>. Acesso em: 3 set. 2018.

COECKELBERGH, Mark. *Human Being @ Risk: enhancement, technology, and the evaluation of vulnerability transformations*. New York: Springer, 2013.

CORREIA, Adriano. O desafio moderno: Hannah Arendt e a sociedade de consumo. IN: JARDIM, Eduardo; BIGNOTO, Newton (Org.). *Hannah Arendt: diálogos, reflexões, memórias*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

_____. “Sentir-se em casa no mundo”: a vida do espírito (mind) e o domínio dos assuntos humanos no pensamento de Hannah Arendt. Tese. Doutorado em Filosofia. Universidade Estadual de Campinas, 2002.

_____. *Hannah Arendt e a modernidade: política, economia e a disputa por uma fronteira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

CRARY, Jonathan. *24/7: capitalismo tardio e os fins do sono*. São Paulo: 2014, Cosac Naify.

FARIAS JUNIOR, João Batista ; ROCHA, Alexandrina Paiva da. ESPAÇOS POLÍTICOS VIRTUALIZADOS: UMA CRÍTICA A PARTIR DE HANNAH ARENDT. p. 72-91.



DUPUY, Jean-Pierre. *No tempo das catástrofes*. Quando o impossível é uma certeza. São Paulo: É Realizações, 2011.

FARIAS JR, João B. (2021). Andrew Feenberg and the proposal to democratize technologies: a critical look. *Academia Letters*, Article 342. <https://doi.org/10.20935/AL342>.

FEENBERG, Andrew. *Questioning Technology*. Londres: Routledge, 1999.

_____. *Transforming Technology: a critical theory revisited*. Oxford: OUP, 2002.

_____. Subversive Rationalization: technology, power, and democracy. IN: *Inquiry — an interdisciplinary journal of philosophy*, 35:3-4, 1992, p.301-322.

MOROZOV, Evgeny. *Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política*. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

PORTELA, Manuel. Prefácio. IN: HUXLEY, Aldous. *Admirável Mundo Novo*. Lisboa: Antígona, 2013.

SALINGER, Evan. Technology and Politics. IN: Olsen, Jan K; Pedersen, Stig A; Hendricks, V. *A Companion to the Philosophy of Technology*. Oxford: Blackwell, 2013.

SCHWARZ, Elke. @hannah_arendt: an Arendtian Critique of Online Social Networks. IN: *Millennium: Journal of International Studies*. Vol. 43, N.1. 2014. P. 165-186. DOI: 10.1177/0305829814541505

WAISBORD, Silvio. Truth is What Happens to News. IN: *Journalism Studies*. Vol.19, Num.13, 2018. DOI: 10.1080/1461670X.2018.1492881

